

Ata da 19ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Aos trinta e um dias do mês de maio de 2021, às 14h33min, por meio do aplicativo Google Meet, foi realizada a **19ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FTCIA)** com os integrantes do Fórum, lista de presença no anexo I. O Procurador de Justiça e Coordenador do Fórum, Dr. José Maria da Silva Júnior, deu início a 19ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, com as boas-vindas aos presentes. Em seguida foram apresentados os pontos de pauta da reunião: **1 - Leitura e a provação da Ata da 18ª Reunião Ordinária do Fórum; 2 - Informes da Coordenação; 3- Apresentação para aprovação do formulário para captação dos relatórios institucionais a fim de cumprir com a atividade do plano de trabalho; 4 - Discussão sobre o acompanhamento e monitoramento das pessoas intoxicados por agrotóxicos; 5 - Informes dos relatores das Comissões Temáticas 1, 2 e 3 e Comissão Temporária de Políticas Públicas; 6- Palavra livre e encerramento.** Em relação ao item 1 da pauta, foi lida a ATA da 18ª Reunião Ordinária e aprovada por unanimidade pelo plenário. Na sequência, passou-se para o 2º item da pauta, Informes da Coordenação, em que o coordenador do Fórum iniciou comentando acerca de uma reunião realizada com o Fórum Nacional, sobre receituário agrônomo e venda de agrotóxicos, que contou com a participação de membros do Fórum Estadual e pediu que Juliano (ADAPEC) que fizesse um relato da reunião, pois o mesmo já conhecia o Formulário de SC. Foi informado também pelo Coordenador que será realizada uma live pelo Fórum Baiano de Combate aos Agrotóxicos “DA NATUREZA À MESA, O QUE ESTAMOS COMENDO”- será realizado no dia 01/06/2021, às 9hs, e será divulgada no grupo do *whatsapp* do FTCIA. Outro informe apresentado pelo Coordenador foi em relação ao plantio de árvores frutíferas do cerrado no Pomar Nativo no Hospital do Amor, ação realizada no dia 23/04, de iniciativa da ATOBio, e que contou com a participação do FTCIA, representado pela Professora Conceição (ULBRA). Conceição (ULBRA) relatou que a atividade desenvolvida foi a primeira dentre várias a serem realizadas no Hospital do Amor, e que ainda há vários locais disponíveis no local que podem ser adotados para o plantio de mudas nativas. Além disso, questionou como outras instituições poderiam estar adotando áreas para o plantio no local e, por fim, agradeceu a oportunidade de ter participado da ação, enquanto representante do Fórum. Adriane (ATOBio) também agradeceu a oportunidade, e ressaltou a visibilidade da ação. Ademais, comentou acerca do acompanhamento que está sendo realizado do plantio e que as mudas estão sendo irrigadas normalmente. Em seguida, o Coordenador do Fórum agradeceu a ATOBio pelo convite realizado ao Fórum, bem como a Adriane e a Conceição pela participação, e apresentou o último informe, relacionado ao termo de cooperação técnica firmado entre o MPE e CRBio, com intuito de integração de atividades e compartilhamento de informações. Passou-se na sequência para o item 3 da pauta – apresentação para aprovação do formulário para captação dos relatórios institucionais a fim de cumprir com a atividade do plano de trabalho. Mônica Costa (SES/TO) relatou que na última reunião ocorrida foi deliberado que elaborassem um questionário a fim de coletarem os planos institucionais das instituições-membro do Fórum, para que assim seja

realizado um planejamento integrado. Após breve introdução, Mônica (SES/TO) apresentou a estrutura do formulário proposto, onde constará as seguintes informações: e-mail, e-mail alternativo, nome da instituição, nome do responsável ou titular, espaço para inserção de planilha das atividades planejadas, dificuldades e desafios encontrados na realização de ações, parceiros, comentários e sugestões. Apresentou, também, a periodicidade dessa ação, a qual será anual, e logo em seguida, solicitou aos presentes comentários e aprovação do questionário. Conceição (ULBRA) perguntou se o documento a ser anexado teria uma estrutura pré-definida ou se cada instituição elaboraria a sua. Mônica (SES/TO) informou que será a última opção e sugeriu que no conteúdo da planilha poderiam ser listadas as ações a serem realizadas e possível cronograma das que já estejam programadas no ano. Conceição (ULBRA) questionou se as perguntas no formulário poderiam ser direcionadas para os agrotóxicos e práticas de combates aos seus impactos, uma vez que, em seu entendimento, não se sabia se estava implícita essa questão. Seguidamente, Dr. José Maria sugeriu que a pergunta poderia ser “quais atividades foram programadas relacionadas aos impactos dos agrotóxicos?”, e salientou que no âmbito dessa pergunta estariam inseridas várias ações de promoção de combate aos impactos dos agrotóxicos e ressaltou que a própria Comissão Temática a qual o membro faz parte pode auxiliar no filtro das ações. Conceição (ULBRA) sugeriu que o e-mail contendo o formulário poderia ser enviado para o representante superior da instituição a qual o membro faz parte. Mônica (SES/TO) relatou, então, que poderia ser enviado o e-mail para o representante, com cópia para o membro do Fórum. Patrícia Guarda (UFT) comentou que concordava com o exposto por Conceição. Lusy questionou em seguida quanto ao modo de compartilhamento do documento e Mônica (SES/TO) respondeu que será compartilhado via google forms pela Secretaria Executiva do Fórum, uma vez ao ano. Mônica (SES/TO) questionou aos presentes se estão de acordo com os demais campos do formulário e Conceição (ULBRA) respondeu que sim. Logo, não havendo mais manifestações, o formulário foi aprovado. A seguir, Mônica (SES/TO) passou para as considerações quanto ao outro formulário proposto, esse com o intuito de atender a prioridade 4, relacionada ao monitoramento das ações programadas pelos membros do Fórum, inicialmente, com periodicidade bimestral. Mônica (SES/TO) propôs que seja feita em periodicidade quadrimestral. Após, Bruno Borges (IBAMA) fez um questionamento e Mônica (SES/TO) respondeu que todos os membros do Fórum devem preencher esse formulário e explica brevemente a sua estrutura. Logo em seguida, não havendo manifestações contrárias, o segundo formulário proposto também foi aprovado. Em conclusão, o Coordenador informou que foram validados esses novos instrumentos e a Secretaria Executiva encaminhará os devidos documentos. Dando continuidade, passou-se para o item 4 da pauta, em que Mônica Costa (SES/TO) deu início as discussões, comentando que a Secretaria Estadual de Saúde está disponibilizando à sociedade como um todo e ao Fórum os boletins referentes a vigilância de saúde do trabalhador, ao vigiágua, etc. Relatou, também, que será realizado um curso em junho, com tema voltado à vigilância em saúde relacionada a produtos químicos, ofertado pelo CEREST, em parceria com uma instituição do Rio de Janeiro, que contará com a presença de pessoas da área, contando com uma aula magna no dia 14, a ser transmitida pelo YouTube. Além disso,

informou que foram enviados convites para participação de movimentos sociais e ao FTCIA. Comentou, ainda, que o curso está em sua primeira etapa e que gostaria de discutir com os outros membros do Fórum aspectos relacionados à vigilância da saúde do trabalhador. Na sequência, continuou ressaltando que a SES tem enfrentado algumas dificuldades, uma vez que no Estado do Tocantins não há uma vigilância organizada, em relação à vigilância do câncer. Em seguida, o coordenador do Fórum sugeriu aproveitar o momento para indicação de um membro para a vaga de participação no curso disponível para membros do Fórum. Patrícia Guarda (UFT) afirmou que gostaria de participar. Mônica (SES/TO) comentou que seria importante a professora Patrícia Guarda (UFT) participar, assim como a Isabel (MPE/TO), enquanto representante do Ministério Público. Noeli (Associação Água Doce) falou que gostaria que a Isabel (MPE/TO) participasse também enquanto representante da Associação Água Doce, tendo em vista que a Associação estava com muitas demandas. Por sua vez, Isabel (MPE/TO) concordou em participar representando ambas as instituições. Kellen também se prontificou a participar, assim como a Adriane (ATOBio). Após, o Coordenador do Fórum citou notícias relacionadas ao Glifosato nos Estados Unidos, que tinham relação com o tema debatido. Em seguida, Mônica Costa (SES/TO) comentou sobre as dificuldades existentes na atuação da saúde no que diz respeito à notificação e diagnóstico referentes aos produtos químicos. Comentou, também, que para a liberação desses produtos, deveria haver programas de biomonitoramento, que ainda estão sendo implementados. Salientou que as indústrias deveriam fomentar os programas de biomonitoramento, e ressaltou que situações como essas poderiam ser objeto de atuação do Ministério Público. Na sequência, o Coordenador do Fórum mencionou que, diante da relevância do tema, essa questão deveria ser levada a discussão no âmbito do Fórum Nacional. Logo após, passou-se para o item 5 da pauta – informes dos relatores das comissões temáticas. Bruno Borges (IBAMA), relator da Comissão Temática 1, informou que teria que sair da reunião, se desculpando com os presentes. Passou-se então para os informes da Comissão Temática 2, em que Adriane (ATOBio) comentou acerca da *live* realizada sobre conservação de abelhas, ação promovida pela ATOBio e CRBio, em parceria com o Professor Waldesse (UFT). Comentou, ademais, sobre uma entrevista que participaram na Rádio Quati, iniciativa da ETI Fidêncio Bogo. Sugeriu, em seguida, que o Fórum poderia visitar a ETI em uma data comemorativa, como por exemplo, dia 04 de dezembro, Dia Mundial de Combate ao Agrotóxico. Lembrou, ainda, aos presentes, acerca do concurso de fotografia de abelhas nativas, iniciativa da ATOBio, e passou a palavra para Kellen (UFT). Por sua vez, Kellen (UFT) apresentou alguns trabalhos realizados pela UFT, que têm por intuito investigar marcadores químicos em diversas espécies, referentes ao agrotóxico glifosato, que podem subsidiar ações de biomonitoramento. Ressaltou, ainda, as dificuldades que as Universidades estão enfrentando no acesso a recursos financeiros, a falta de incentivo federal. Após, perguntou se o Fórum teria a possibilidade de formular editais que objetivassem fomentar pesquisas como essas, através da disponibilização de recursos financeiros. Assim, o Coordenador do Fórum explicou os trâmites necessários para a obtenção de recursos através do Fórum, e ressaltou a importância de se formular um projeto para tal desiderato, apresentando os custos necessários, para que, dessa forma, possa ser levado a conhecimento dos Juízes e Membros do Ministério Público, para que,

havendo recursos financeiros oriundos da composição de danos civis, esses possam ser disponibilizados para ações dessa natureza, como a apresentada pela Professora Kellen. Assim, o Coordenador orientou a professora que elaborasse um projeto, o qual seria apresentado pelo Fórum aos promotores de justiça. Patrícia Guarda (UFT) pontuou que já existe um Termo de Cooperação relacionado entre a Rede Analítica e o MP, e que talvez o projeto apresentado pela professora Kellen esteja inserido no âmbito de atuação da Rede Analítica. Patrícia Guarda (UFT) lembrou, também, a importância do Núcleo de Pesquisas em Agrotóxicos e ficou de encaminhar o Termo de Cooperação para a professora Kellen. Na sequência, Mônica Costa (SES/TO) finalizou os informes da Comissão Temática 2, relatando sobre as dificuldades de obtenção de dados oficiais sobre os agrotóxicos e que foram enviados ofícios às entidades e instituições através do Fórum, contudo, ainda não houve resposta. Nesse sentido, questionou o Coordenador como poderiam quebrar essa falta de transparência das instituições e este respondeu que essa questão é uma inquietação geral, e que existe lei regulamentando o tema, porém, ela não é automática. Além disso, mencionou a existência da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), e que a partir dela podem ser solicitados dados, porém frisou que ainda não é fácil. Logo depois, Juliano (ADAPEC) passou para os informes da Comissão Temática 1, momento em que discorreu sobre a ação realizada na empresa Solubio, com sede em Gurupi/TO, a partir da demanda apresentada pela Promotora de Justiça Dr^a. Maria Juliana. Comentou que foram identificadas cepas de bactérias, e que os produtos eram comercializados no local como inoculantes, sendo que na verdade eram utilizados como defensivos agrícolas, o que conseqüentemente necessitava de regulamentação em vários aspectos, os quais não foram observados. Relatou que em consequência do constatado, a empresa foi autuada pela ADAPEC e MAPA. Além do mais, informou que foram encontrados produtos do Paraguai, que eram tóxicos. Mônica Costa (SES/TO) solicitou ao Juliano que as informações apresentadas sejam constadas no relatório quadrimestral do Fórum. A seguir, Juliano (ADAPEC) discorreu sobre a situação do receituário agrônomo no Tocantins, bem como acerca da realização de uma reunião concernente ao assunto. Comentou que o processo para aquisição do sistema de agrotóxicos foi encaminhado para a Secretaria de TI do Estado do Tocantins, e que já existe uma empresa vencedora do procedimento licitatório, que implementará o sistema. Explicou que o ideal seria trabalhar no sistema com as notas fiscais emitidas para agrotóxicos, porém, diante da dificuldade de obtenção desses dados junto à SEFAZ, serão utilizados, para tanto, os receituários agrônômicos. Juliano (ADAPEC) relatou, ainda, que tiveram acesso a apresentações referentes a sistemas como esse de outros estados, e comentou brevemente sobre a instrução normativa editada no início de 2021 pela ADAPEC. Logo em seguida, Dr. José Maria relatou sobre a reunião do Fórum Nacional, em que foi informado que existem 06 Estados da Federação que estão mais avançados quanto ao sistema de agrotóxicos, sendo eles: Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outro. Frisou, por fim, que já há iniciativas de rastreamento de embalagens de agrotóxicos pela logística reversa e apontou a necessidade de trabalhar uma estratégia juntamente a SEFAZ para o estabelecimento de ações relacionadas à comercialização de agrotóxicos, bem como a importância da ADAPEC trabalhar nisso no sistema que está na TI. Na sequência, Professora Patrícia

Guarda (UFT) relatou os informes da Comissão Temática 3. Começou fazendo uma apresentação relacionada ao questionário desenvolvido pela Comissão Temática 2 e 3, que teve por objetivo coletar e mapear pesquisas relacionadas aos agrotóxicos no Tocantins. Lembrou que a realização do questionário, que foi desenvolvido na plataforma Google Forms, está relacionada a um dos objetivos da Comissão Temática 2 – promover a integração de pesquisas entre instituições. Assim, Prof. Patrícia Guarda (UFT) apresentou os principais resultados encontrados a partir do questionário, dentre eles: foram obtidas 19 respostas, sendo que 26,3% delas vieram de demanda popular, 26,3% de pesquisadores independentes e 47,4% de representantes institucionais. Ademais, apresentou as instituições que responderam o questionário. Saliu, logo após, que gostaria de discutir como ampliar o número de participantes nas respostas do questionário e ressaltou a importância do levantamento dessas pesquisas para serem priorizadas no plano de trabalho. Comentou, também, que será apresentado na próxima reunião um relatório contendo as informações apresentadas e que a apresentação será disponibilizada. Questionou, em seguida, se poderiam ampliar o prazo para o envio de respostas aos questionários ou se poderiam fechar o prazo naquele momento. Adriane (ATOBio) informou que poderá entrar em contato com alguns cursos de biologia, bem como com as associações de engenheiros florestais e ambientais. Mônica Costa (SES/TO) sugeriu a realização de uma campanha de comunicação nas redes sociais para divulgação do formulário e a emissão de uma notícia no site do Fórum. Patrícia Guarda (UFT) ressaltou que o envio de um e-mail pelo e-mail institucional do Fórum também seria interessante para divulgação do questionário e Coordenador do Fórum concordou. Dando continuidade, passou-se por fim, ao último item da pauta, palavra livre e encerramento. Mônica Costa (SES/TO) pediu a fala e disse que seria interessante realizar uma reunião entre as comissões temáticas para debaterem a possibilidade de trabalho conjunto em relação à demanda de Lagoa da Confusão e Dueré. O Coordenador do Fórum sugeriu o Naturatins, o Ibama, a ADAPEC, a SES/TO, o MPE/TO e o LAPEQ como instituições a participarem dessa reunião. Magna (SES/TO) comentou brevemente sobre essa ação, e que sua realização foi agendada para o mês de julho. Emerson (UFT) perguntou se as coletas das amostras já poderiam ser realizadas pelo Naturatins e Dr. José Maria respondeu que sim. Emerson (UFT) aproveitou o momento para informar que será realizado um monitoramento de peixes no lago, e informou que o padrão para análises de glifosato chegaria em breve ao LAPEQ. Depois, Alice (IFTO) fez um convite relacionado a um evento que ocorrerá no IFTO, disponibilizando o *flyer* de divulgação no grupo de *whatsapp* do Fórum. Magna (SES/TO) informou, também, que houve outro acidente ampliado relacionado a agrotóxicos em Caseara/TO, cujo relatório será disponibilizado para o Fórum. Nada mais havendo a ser tratado, a 19ª Reunião Ordinária foi encerrada, às 17h27min, cuja ATA foi redigida e assinada por mim, Marcelo Henrique Toscano Silva, Prestador de Serviço Voluntário, Engenheiro Ambiental/CAOMA/MPE.